

# Quem é preso no Distrito Federal? Uma análise em preto e branco das audiências de custódia

Who is arrested in the Brazilian Federal District? A black and white analysis of custody hearings

Gabriel Morgado da Fonseca\*  
Alexandre Fernandes Silva\*\*

**Resumo:** O presente trabalho busca iniciar a identificação daquelas pessoas que são presas no Distrito Federal. Mas não em número, simplesmente. O objetivo é demonstrar, com base no 1º Relatório dos Processos de Criminalização do Núcleo de Audiências de Custódia e Tutela Coletiva dos Presos Provisórios (NAC-DPDF), quem são os defendidos da Defensoria Pública que sofrem a seletividade penal e policial no Distrito Federal. A audiência de custódia, sendo a “porta de entrada” no sistema prisional, representa um termômetro imediato daqueles que são presos pela polícia. Essas pessoas têm cor, renda, grau de escolaridade. É isso que se busca expor, demonstrando um nítido perfil de extrato populacional que sofre as consequências da repressão penal. Com lastro na pesquisa empírica, procura-se realizar um diagnóstico das estratégias de prevenção e tratamento da realidade distrital, apontando as falhas estruturais e potenciais políticas públicas alternativas ao atual estado da arte.

**Palavras-chave:** Audiências de custódia; Processos de criminalização; Seletividade penal; Culpabilidade pela vulnerabilidade.

**Abstract:** This work seeks to begin identifying those people who are arrested in the Federal District. But not simply in number. The objective is to demonstrate, based on the 1st Report of the Criminalization Processes of the Center for Custody Hearings and Collective Protection of Provisional Prisoners (NAC-DPDF), who are those assisted by the Public Defender's Office who suffer criminal and police selectivity in the Federal District. The custody hearing, being the “gateway” into the prison system, represents an immediate thermometer for those arrested by the police. These people have color, income, level of education. This is what we seek to expose, demonstrating a clear profile of the population that suffers the consequences of criminal repression. Based on empirical research, we seek to carry out a diagnosis of prevention and treatment strategies in the district reality, pointing out structural flaws and potential alternative public policies to the current state of the art.

**Keywords:** Custody hearings; Criminalization processes; Criminal selectivity; Culpability for vulnerability.

Recebido em: 20/03/2024  
Aprovado em: 11/05/2024

## Como citar este artigo:

FONSECA, Gabriel Morgado da; SILVA, Alexandre Fernandes. Quem é preso no Distrito Federal? Uma análise em preto e branco das audiências de custódia. *Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal*, Brasília, vol. 6, n. 1, 2024, p. 147-165.

\* Mestrando em políticas públicas (UnICEUB).  
Defensor Público do Distrito Federal.

\*\* Mestre em Direito Agroambiental (UFMT).  
Professor Associado (UFMT). Defensor Público do Distrito Federal.

## Considerações iniciais

A partir da necessidade de mapeamento da realidade concreta dos processos de criminalização a que os defendidos da Defensoria Pública do Distrito Federal são submetidos, e tentando fornecer elementos para responder à indagação do título deste artigo, foi elaborado o 1º Relatório dos Processos de Criminalização do Núcleo de Audiências de Custódia e Tutela Coletiva dos Presos Provisórios (NAC-DPDF), referentes às audiências de custódia que foram realizadas nos dias úteis dos meses de janeiro e fevereiro de 2024.

A origem do relatório advém de necessidades concretas: a consolidação pelas últimas reformas processuais penais da audiência de custódia como o primeiro espaço formal de controle judicial da prisão abre espaço para uma leitura material da dinâmica concreta dos processos de criminalização locais, além de ser a “porta de entrada” da maioria dos usuários do serviço da Defensoria Pública no âmbito criminal.

Este “termômetro” dos processos de criminalização é ainda mais pulsante no Distrito Federal, considerando as peculiaridades geográficas das regiões administrativas e a concentração de atribuição de competências ao Núcleo de Audiências de Custódia, uma vez que todas as pessoas presas devem ali ser apresentadas para o controle judicial do encarceramento.

Com base nisso, o presente artigo busca averiguar a política pública judicial das audiências de custódia no Distrito Federal sob a perspectiva dos dados empíricos recolhidos pela Defensoria Pública, analisando tais processos de criminalização por meio de diagnósticos crítico-negativos relativos à seletividade penal e perfilamento racial, e de proposições crítico-positivas, indutoras de outras políticas públicas.

### 1. A “porta de entrada” e o “termômetro”: origem das audiências de custódia enquanto política pública judicial

As audiências de custódia têm natureza bifronte (BADARÓ, 2014), olhando para o passado e para o futuro: são destinadas não só ao controle da legalidade do ato já efetivado, mas também *valoram a necessidade* da prisão cautelar. Esse duplo caráter complexo, retrospectivo e prospectivo, habilita o poder judiciário a realizar o primeiro controle formal das prisões e das práticas de tortura e violência policial.

Implementada como política pública judicial, as audiências de custódias advieram, no Brasil, de uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), prolatada no bojo da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 347/DF, proposta pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

Dentre outras determinações, o STF, em setembro de 2015, considerou que o sistema prisional brasileiro vivencia uma violação massiva e sistemática de direitos fundamentais. Importando uma técnica de decisão oriunda da Colômbia, declarou a inconstitucionalidade – o Estado de Coisas Inconstitucional (ECI) – da omissão fático-jurídica das prisões nacionais, bem como deliberou pela implementação das audiências de custódia no prazo de 90 dias (CAMPOS, 2019):

Ao declarar o ECI do sistema carcerário brasileiro, o Tribunal Constitucional reconheceu a sua legitimidade para interferir na agenda política. Ao determinar a implantação das audiências de custódia, o STF interferiu no ciclo de políticas públicas para superar o cenário de inconstitucionalidades no sistema carcerário (CRESPO, 2020, p. 22).

A base normativa utilizada pelo STF tem assento em disposições de tratados internacionais, com previsão no artigo 7.5 da Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH)<sup>1</sup> e artigo 9, §3º do Pacto dos Direitos Civis e Políticos (PIDCP)<sup>2</sup>.

Vale destacar que, conforme a própria jurisprudência do STF, a CADH, ratificada pelo Decreto-Lei nº 678/1992, é considerada norma suprallegal<sup>3</sup>, uma vez que não foi aprovada pelo rito qualificado definidor de norma com *status* constitucional, na forma do § 3º do art. 5º da Constituição Federal (CRFB)<sup>4</sup>, mas sim pelo rito ordinário de maioria simples.

<sup>1</sup> Artigo 7.5 da CADH: “Toda pessoa detida ou retida deve ser conduzida, sem demora, à presença de um juiz ou outra autoridade autorizada pela lei a exercer funções judiciais e tem direito a ser julgada dentro de um prazo razoável ou a ser posta em liberdade, sem prejuízo de que prossiga o processo. Sua liberdade pode ser condicionada a garantias que assegurem o seu comparecimento em juízo”.

<sup>2</sup> Art. 9º, §3º, do PIDCP: “Qualquer pessoa presa ou encarcerada em virtude de infração penal deverá ser conduzida, sem demora, à presença do juiz ou de outra autoridade habilitada por lei a exercer funções judiciais e terá o direito de ser julgada em prazo razoável ou de ser posta em liberdade. A prisão preventiva de pessoas que aguardam julgamento não deverá constituir a regra geral, mas a soltura poderá estar condicionada a garantias que assegurem o comparecimento da pessoa em questão à audiência e a todos os atos do processo, se necessário for, para a execução da sentença”.

<sup>3</sup> RE nº 466.343 do Supremo Tribunal Federal.

<sup>4</sup> Art. 5º, §3º, da CRFB - Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

Portanto, baseado nas previsões dos diplomas internacionais, o Supremo Tribunal Federal efetivou a previsão da necessidade de apresentação das pessoas em situação de prisão a um juízo competente.

Com a implementação das audiências de custódia, toda pessoa detida deve ser apresentada ao juízo no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a partir do momento da prisão. Assim, as audiências de custódia foram se consolidando ao longo dos anos de 2015 e 2016 no âmbito jurídico brasileiro.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) regulamentou a sistemática das audiências por meio da Resolução nº 213/2015<sup>5</sup>, enquanto o Congresso Nacional não legislava sobre o assunto. No ano de 2019, os artigos 287 e 310 do Código de Processo Penal (CPP)<sup>6</sup> foram alterados pela Lei nº 13.694/2019, positivando a apresentação imediata da pessoa em situação de cárcere à autoridade judicial competente.

É importante contextualizar a situação do sistema prisional vivenciada à época da decisão que determinou a implementação da audiência de custódia. Conforme relatório apresentado pelo Sistema Nacional de Informação Penais (SISDEPEN), no ano de 2015 a população carcerária brasileira somava 698 (seiscentos e noventa e oito) mil pessoas, com um crescimento acima de 5% ao ano desde 2012 até 2015. A partir de 2015, houve um crescimento menor da população carcerária, na média de 2% entre 2016 e 2019. O pico de população carcerária ocorreu justamente no ano de 2019, com um total de 755 mil pessoas privadas de liberdade. Até o ano de 2022 – último ano disponível no SISDEPEN –, não se ultrapassou esse número, uma vez que, em razão da pandemia de COVID-19 houve um decréscimo significativo da população carcerária no ano de 2020 (- 10,93%).

Outro dado importante apresentado pelo SISDEPEN, que esclarece o contexto apresentado pelo sistema prisional brasileiro, é o número de presos provisórios. Em 2014, o total de presos provisórios era de 40% da população prisional. Já em 2022, esse total diminuiu para 25%, um possível reflexo da implementação da audiência de custódia. De 2015 a 2022 houve uma diminuição do total de presos provisórios em todos os anos, exceto no ano de 2017, em que houve

<sup>5</sup> Art. 1º da Resolução nº 213/2015 do CNJ: “Determinar que toda pessoa presa em flagrante delito, independentemente da motivação ou natureza do ato, seja obrigatoriamente apresentada, em até 24 horas da comunicação do flagrante, à autoridade judicial competente, e ouvida sobre as circunstâncias em que se realizou sua prisão ou apreensão”.

<sup>6</sup> Art. 287 do CPP: “Se a infração for inafiançável, a falta de exibição do mandado não obstará a prisão, e o preso, em tal caso, será imediatamente apresentado ao juiz que tiver expedido o mandado, para a realização de audiência de custódia”.

Art. 310 do CPP: “Após receber o auto de prisão em flagrante, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas após a realização da prisão, o juiz deverá promover audiência de custódia com a presença do acusado, seu advogado constituído ou membro da Defensoria Pública e o membro do Ministério Público, e, nessa audiência, o juiz deverá, fundamentadamente (...)”.

um incremento de 0,48%. Em 2015, havia 261 mil presos provisórios, ao passo que em 2022 havia 210 mil presos provisórios.

Já no que se refere ao *déficit* de vagas, o ano de 2015, mais uma vez, se apresentou, no contexto histórico, como o pior, com 327 mil vagas em *déficit*. Desde então, o gráfico se apresenta com uma tendência de queda, chegando ao ano de 2022, segundo dados do SISDEPEN, com 171 mil vagas em *déficit*. Isso se deu em razão do aumento do número de vagas disponíveis conjugado com a diminuição da população carcerária.

Outro aspecto que corrobora para a tendência de diminuição de violações de direitos humanos no sistema prisional após a implementação da audiência de custódia é a ampliação do uso da monitoração eletrônica. Segundo os dados do SISDEPEN, mais de 91 mil pessoas faziam uso da monitoração eletrônica em dezembro de 2022, ao passo que havia capacidade contratada de mais de 117 mil tornozeleiras, que representa 78% do total, demonstrando ainda possibilidade de ampliação de sua aplicação para o fim de diminuir a superlotação hoje existente.

Após 2015, a pessoa privada de liberdade passou a ter a oportunidade de ver e ser visto pelo juízo antes de adentrar no sistema prisional. Até 2015, todos os presos em flagrantes eram encaminhados ao sistema prisional para só depois de alguns dias (em alguns lugares semanas ou meses) terem sua situação prisional avaliada por uma autoridade jurisdicional.

Muitas vezes a vida sofrida estampada no próprio rosto, corroborada com a sensação do cheiro e da voz embargada pela vulnerabilidade são fatores que são levados em consideração no momento da decisão de prisão e soltura. A análise sem esses fatores, numa avaliação fria de um auto de prisão em flagrante de papel, sem a visualização do jurisdicionado, é a representação de uma justiça insensível, que despreza completamente os fatores sociais e a história de vida

Portanto, é impossível ignorar os fatores sociais quanto se trata de um país em que 35% da população vive com menos de R\$ 630 mensais, conforme pesquisa do IBGE de 2022 (GOMES, 2023).

Assim, inegável concluir que o Supremo Tribunal Federal, quando decidiu virar a página da omissão e chamar para si a responsabilidade de parte das políticas públicas do sistema prisional, corroborou para a diminuição da superpopulação carcerária. É claro que, na prática, muitos juízos e tribunais demonstram recalcitrância na aplicação da jurisprudência dos Tribunais Superiores e até mesmo de dispositivos legais. Entretanto, a ampliação das decisões vinculantes, a possibilidade de reclamação constitucional diretamente ao STF e o fortalecimento de uma defesa efetiva são meios para se contornar essa resistência.

A audiência de custódia também funciona como meio de evitar que pessoas sem envolvimento com o crime organizado entrem em contato com pessoas intensamente envolvidas em atividades criminosas, evitando o encaminhamento sem necessidade comprovada ao sistema prisional.

Além disso, o primeiro momento de controle de eventual tortura policial ocorre, precisamente, na apresentação da pessoa em situação de prisão à autoridade judicial. Como a *tortura não se vê pela TV*, a forma presencial das audiências de custódia também é um elemento ínsito à controlabilidade da violência policial.

É ainda de se notar o intenso sofrimento em que as pessoas submetidas ao cárcere vivenciam. A comida é de péssima qualidade, o banho de sol é reduzido e o regime de visitação dos familiares é diminuto. O Distrito Federal ainda passa pela peculiaridade em que estas visitas são disponibilizadas somente às quartas e quintas-feiras, impactando desproporcionalmente as famílias em situação de vulnerabilidade, que não raras vezes estão em plena jornada de trabalho, fraturando os laços familiares. Os visitantes ainda são submetidos à uma revista mecânica, por meio de um detector de metais e aparelho de raio-x e,<sup>7</sup> caso inoperante, haverá revista manual,<sup>8</sup> o que acaba também por transmitir o sofrimento do cárcere aos familiares.

Outro aspecto importante que merece ser indicado é a violência institucional dentro do sistema prisional. A relação entre a polícia penal e as pessoas privadas de liberdade é ruim. Diversos relatos de violência, inclusive com filmagens (LUIZ, 2021), já foram apuradas. Além da violência propriamente dita, no sistema prisional do Distrito Federal há outras práticas degradantes comuns, tais como a dificuldade de acesso à unidade de saúde, a falta de acessibilidade para presos com deficiência, o uso excessivo de dispositivos não letais, como spray de pimenta e spark.<sup>9</sup>

As câmeras corporais e o circuito interno de TV ainda estão em fase de discussão, não tendo sido implementadas na sua integralidade, situação que dificulta o controle pelas instituições fiscalizadoras.

Sabe-se, ademais, que problemas complexos, como a falta de vagas no sistema prisionais e a superlotação não são questões que se resolvem de forma imediata. Resistências são naturais.

<sup>7</sup> Art. 18 da Portaria nº 200/2022 da SEAPE/DF: Todo visitante, para ingresso em estabelecimento prisional, será submetido à revista mecânica, a ser executada em local reservado e por meio da utilização de equipamentos eletrônicos como detector de metal, aparelhos de raios X, escâner corporal e outras tecnologias capazes de garantir a segurança do recinto carcerário.

<sup>8</sup> Art. 18, § 2º, da Portaria nº 200/2022 da SEAPE/DF: Na falta, insuficiência ou inoperância dos equipamentos elencados no caput, será efetuada revista manual por servidor do mesmo sexo do revistado, sempre de modo respeitoso e em estrita conformidade com a norma legal e dignidade da pessoa humana, em cabine individual e em local separado voltado para cada gênero, observadas as condições e restrições expressas neste artigo.

<sup>9</sup> Dispositivo que emite impulsos elétricos.

Diariamente o instituto da audiência de custódia é bombardeado com declarações populistas de pessoas que sequer sabem para que funciona.

Por isso, entende-se que o Supremo Tribunal Federal acertou ao determinar o controle constante, por meio da declaração de Estado de Coisa Inconstitucional, do sistema prisional, ajudando a construir políticas públicas que possam, de alguma forma, reverter o grave quadro que até hoje está no sistema carcerário nacional, evitando uma tragédia ainda maior e, de alguma forma, tentando implementar direitos mínimos existenciais com efetivação de direitos humanos.

Sob uma perspectiva concreta, as audiências de custódia também gradam a incidência dos processos de criminalização em determinada localidade, medindo a *temperatura* da seletividade criminalizante. Por outro lado, funcionam como a *porta de entrada* do usuário do serviço público de assistência jurídica integral e gratuita no âmbito criminal.

Nesse sentido, qual seria a perspectiva adotada pela Defensoria Pública na apreensão dessa realidade concreta? Tal questionamento será enfrentados no próximo tópico.

## 2. Aproximações entre o realismo marginal e a defensoria pública: o que fazer?

O Brasil *mata, tortura, encarcera e revista arbitrariamente os corpos e lares* de mais cidadãos hoje do que em sua última ditadura (DIETER, 2022, p.159). É preciso reconhecer que o sistema prisional brasileiro configura o *maior crime contra a humanidade em curso no país* (DIETER, 2022, p.172).

Este é o dilema ético enfrentado pela Defensoria Pública: os agentes jurídicos são *parte do problema, não necessariamente da solução*<sup>10</sup>. Para responder à famosa indagação – o que fazer? –, deve a Defensoria oferecer o mais elevado discurso técnico-jurídico às pessoas vulnerabilizadas, sem recair em ingenuidades quanto às limitações sociais estruturantes a que está inserida.

Do ponto de vista teórico, Maurício Dieter aponta a necessidade de *subordinar a técnica jurídica abstrata* – Direito Penal, Processual Penal e Execução Penal – às “(...) *ciências criminais*

<sup>10</sup> Particularmente na atuação criminal, nos deparamos com um sistema de justiça que que, a pretexto da *guerra contra o crime*, legitima formalmente o “(...) morticínio dirigido contra a massa de trabalhadores explorados e marginalizados dos grandes centros urbanos, exercendo extenso e vertical controle territorial e materializando a escandalosa seletividade racial da repressão oficial”. *Idem*, p. 159.



(*Criminologia e Política Criminal*) a fim de realizar o objetivo democrático de limitar a violência estatal”<sup>11</sup>.

Na dogmática penal, um exemplo acabado deste empreendimento é a sedimentação da *teoria crítica do delito* de Juarez Tavares, que “(...) *confronta os elementos normativos com os dados da realidade empírica para impedir a formação de uma estrutura puramente normativa e deformada do delito*” (TAVAREZ, 2018, p.30), e que serve de verdadeiro horizonte teórico à atuação defensiva.

Tal esforço não é novidade. O desenvolvimento das teorias da conduta do direito penal tem registro histórico no causal-naturalismo em confronto com o neokantismo e o finalismo, sendo este último o elemento mais popularizado no Brasil, ainda que outras construções teóricas tenham ganhado corpo recentemente (ROCHA, 2016, p.295-314).

Para o finalismo, a ação humana teleologicamente dirigida a uma atividade final – *projeto de realização* e a *realização do projeto* – é o epicentro da valoração da conduta (SANTOS, 2008, p. 86-91). A revolução copernicana introduzida pelo modelo de conduta *final* está na imperatividade do *respeito às estruturas reais do mundo* como condição de possibilidade da ação. Logo, a *viga-mestra* de sua *metodologia* é a “(...) *absoluta proibição de incorporar dados falsos sobre o exercício de poder que deve ser reduzido*” (ZAFFARONI et al, 2003, p. 176).

Ocorre que o comando de observação das *estruturas lógico-reais*, isto é, a incorporação da realidade na dogmática penal, acabou escanteada apenas no modelo de ação finalista. Todo o restante da teoria do delito passou por cima deste imperativo. É preciso resgatar, assim, a *realidade* – a *ontologia do ser social* – enquanto critério de validade da teoria.

Além da incorporação da realidade, há que se orientar por uma dogmática penal informada pelas contribuições da criminologia crítica, compreendida como o *estudo sobre a determinação do crime* (DIETER, 2013, p.41-55).

Ou seja, o duplo movimento que a Defensoria Pública deve se atentar está na *i*) limitação do direito penal pelos dados ontológicos da realidade, bem como na *ii*) incorporação das contribuições da criminologia crítica na apreensão desta realidade.

<sup>11</sup> Para tanto, é preciso “(...) uma maior formação criminológica do penalista futuro, mas fora da lógica de uma ciência meramente propedêutica ou tributária, apresentada como advertência cautelar ou curiosidade humanista. Significa, concretamente, condicionar o aprendizado das categorias do conceito analítico do fato punível à realidade de sua dinâmica concreta, construindo uma ponte de sentidos, sem ingenuidade, entre o Direito Penal e a realidade produzida e reproduzida pela justiça criminal”. *Idem*, p. 173.



Quanto ao segundo ponto, Eugênio Raúl Zaffaroni indica a necessidade de superarmos as abstrações dogmáticas destinadas à realidade europeia, voltando os olhos para o contexto e as particularidades dependentes latino-americanas. Daí a origem do *realismo marginal* (ZAFFARONI, 1993, p. 41-58): é *realista* por renunciar modelos ideais, e *marginal* por se inserir numa relação de centro-periferia, cujos teóricos da dependência<sup>12</sup> tão bem descreveram.

Em síntese, a Defensoria Pública deve buscar lastro no realismo marginal de Eugênio Raúl Zaffaroni, cujo *discurso jurídico-penal incorpora a criminologia* “(...) no direito penal com base em uma decisão ético-política que priorizasse a vida humana como valor e a morte como desvalor” (ZAFFARONI, 2018, p. 172):

Um novo discurso jurídico-penal que aceite a deslegitimação do exercício de poder do sistema penal e que se limite a pautar as decisões das agências judiciais com o mesmo objetivo político de reduzir a violência, levando-se em conta a informação criminológica sobre a operacionalidade real dos sistemas penais. O ponto de partida para a nova construção seria proporcionado pelas estruturas lógico-reais (ZAFFARONI, 2018, p. 172).

Delineada as matrizes de apreensão da realidade posta, e tomando-a como pressuposto de análise, surge outra questão: quais apontamentos a Defensoria Pública pode trazer ao debate sobre a efetividade da política pública judicial das audiências de custódia? É o que se procura responder no item a seguir exposto.

### **3. Contribuição da Defensoria Pública para a crítica dos processos de criminalização do Distrito Federal**

As pesquisas em criminologia realista partem do pressuposto de que os efeitos do crime – um fenômeno majoritariamente *intraclasse* – impactam sobretudo *os setores mais vulnerabilizados da população*. É dizer, ofensor e vítima costumam partilhar da mesma origem de classe trabalhadora. Daí a necessidade de *levar o crime a sério*, enquanto uma *realidade ontológica* (MATTHEWS, 2014, p. 28-37).

<sup>12</sup> As melhores notas bibliográficas sobre o assunto podem ser lidas nos textos de Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra.

Utilizam, para tanto, *processos de abstração* (SAYER, 1992, p. 18-96) como forma de apreensão da análise concreta da realidade concreta, comprometendo-se com o *desenvolvimento de políticas baseadas em evidências*, ainda que cientes da impossibilidade de *soluções definitivas* (MATTHEWS, 2014, p. 48-50), pois se referem aos processos dinâmicos dos complexos sistemas sociais em uma realidade em movimento.

É nessa ambiência que a Defensoria Pública do Distrito Federal procurou contribuir ao idealizar e publicar o 1º Relatório dos Processos de Criminalização do Núcleo de Audiências de Custódia e Tutela Coletiva dos Presos Provisórios (NAC-DPDF), referente às audiências de custódia que foram realizadas nos dias úteis dos meses de janeiro e fevereiro de 2024.

O relatório bimestral tem como base de dados as 793 (setecentos e noventa e três) entrevistas prévias individuais colhidas das pessoas em situação de cárcere que foram apresentadas perante o Núcleo de Audiências de Custódia do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

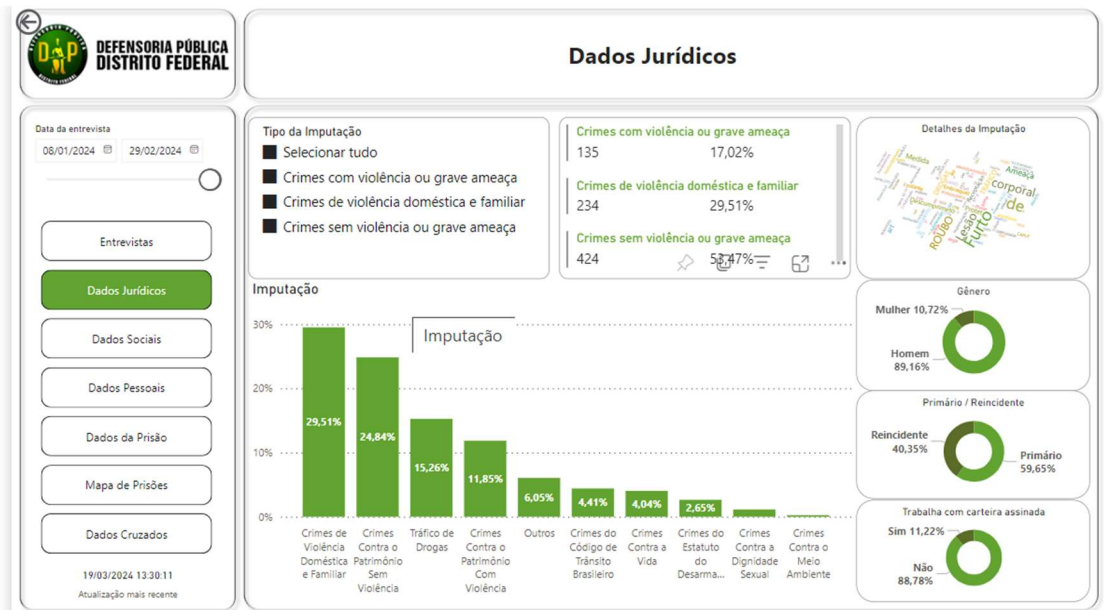
Assim, diante da possibilidade de contribuir para os *processos de abstração* de pesquisas em criminologia realista, o NAC-DPDF definiu um plano de atuação, por meio da metodologia de pesquisa empírica, com levantamento de dados quantitativos e qualitativos por amostragem, adequado às diretrizes da Lei n. 13.709/2019 (Lei Geral de Proteção de Dados), com a elaboração de questionário de perguntas, coleta de dados e tabulação dos resultados obtidos e apresentados pelo *Microsoft Power BI*.

Tal metodologia de pesquisa permitiu o NAC-DPDF implementar um fluxo contínuo de colheita de informações dos usuários do serviço da Defensoria Pública apresentados em audiência de custódia, com referenciamento e cruzamento de dados em tempo real.

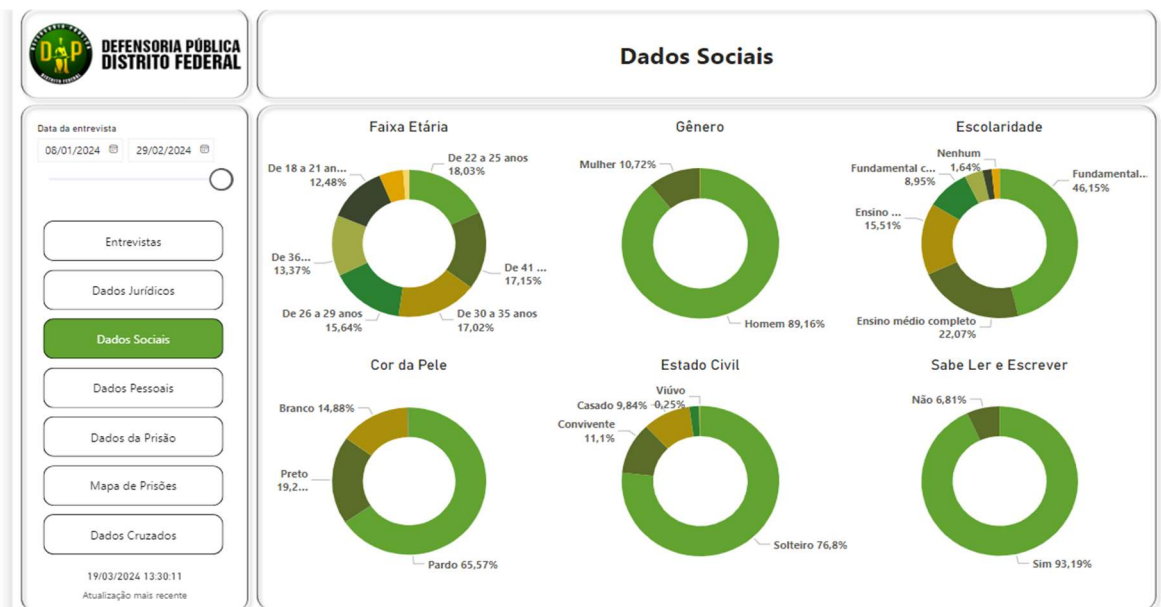
A título exemplificativo, extrai-se do Relatório<sup>13</sup> que:

- i) mais da metade das imputações referenciadas no primeiro bimestre de 2024 são referentes a *crimes sem violência ou grave ameaça* (**53,47%**), ao passo que quase **29,51%** disseram respeito a delitos no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher:

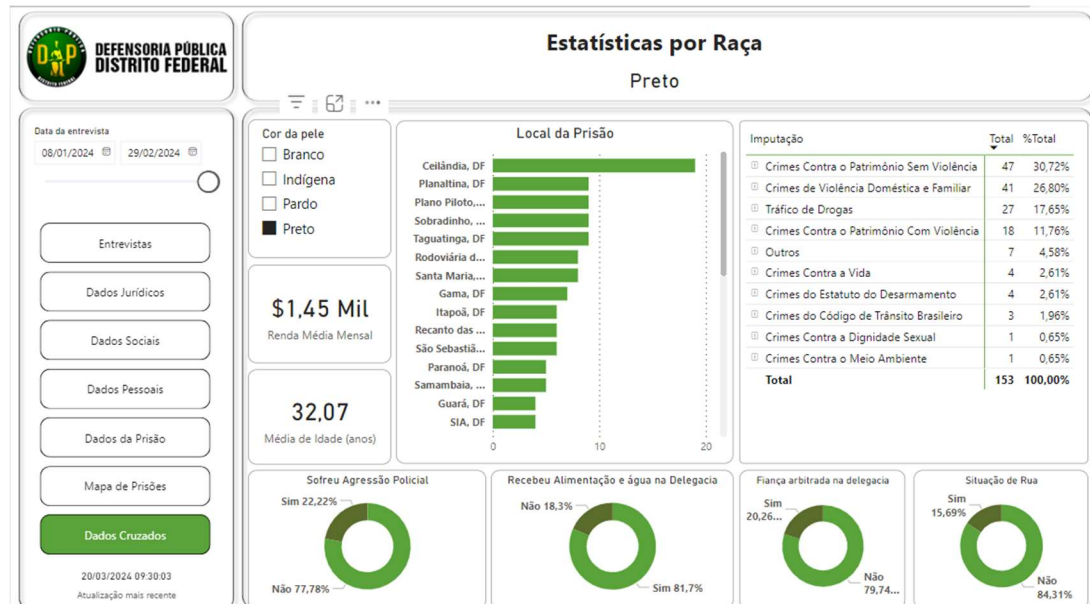
<sup>13</sup> As imagens a seguir foram extraídas do 1º Relatório dos Processos de Criminalização do Núcleo de Audiências de Custódia e Tutela Coletiva dos Presos Provisórios (NAC-DPDF).



- ii) o perfil social recolhido envolveu pessoas com ensino fundamental incompleto (46,15%); preto (19,29%) ou pardo (65,57%) = negros (84,86%); homem (89,16%); solteiro (76,8%); renda mensal até aproximadamente um salário mínimo (65,58%); sem carteira assinada (88,78%):

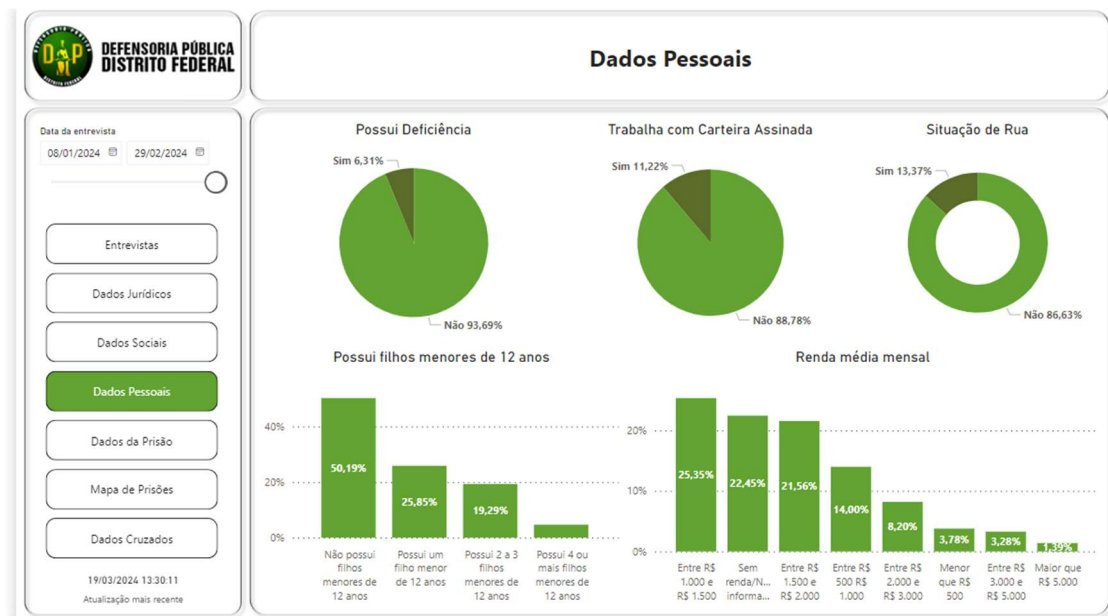


iii) enquanto *brancos* foram enquadrados em sua maioria em delitos no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher (27,97%), *pretos* foram em crimes contra o patrimônio sem violência ou grave ameaça à pessoa (30,72%):



Quem é preso no Distrito Federal? Uma análise em preto e branco das audiências de custódia

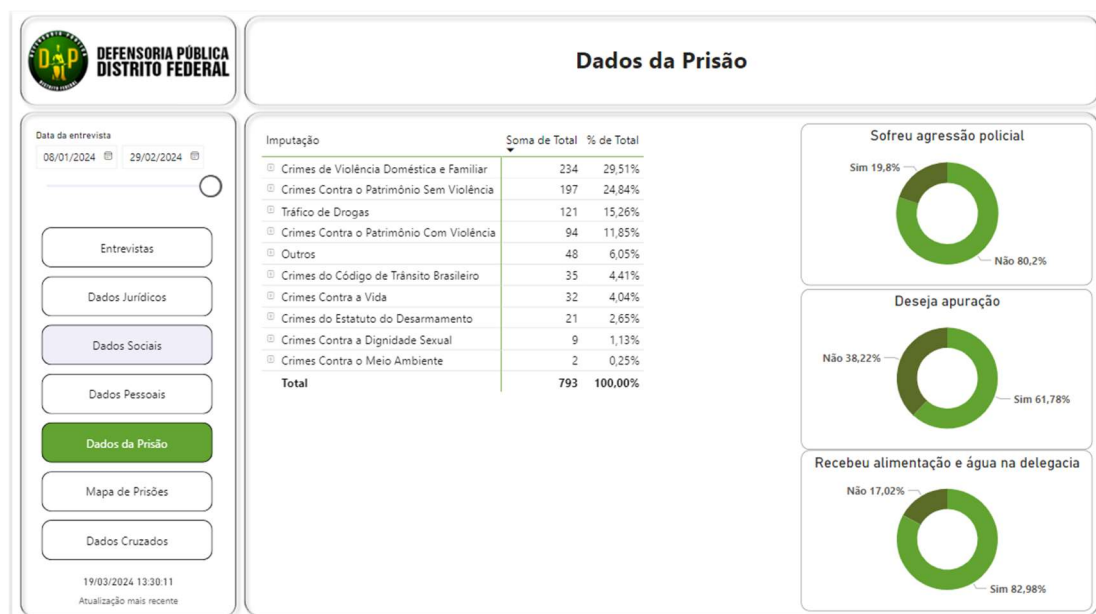
iv) **13,37%** das pessoas estavam em situação de rua:



v) há relato de violência policial em **19,8%** dos casos – dentre os quais **38,22%** não desejaram apuração –, e **17,02%** declararam não ter recebido água e alimentação nas delegacias:



vi) os processos de criminalização tiveram maior incidência em *Ceilândia* (14,12%), seguida do *Plano Piloto* (8,95%, dentre os quais 3,15% ocorreram na *Rodoviária do Plano Piloto*), *Recanto das Emas* (6,43%), *Planaltina* e *Taguatinga* (5,93%):



vii) por fim, a renda média mensal encontrada foi a de **R\$ 1.340,00**, e a idade média de **32,74** anos:



Logo, além de possibilitar a criação de teses de atuação para os órgãos de atuação da Defensoria fundadas em dados da realidade, disponibiliza-se uma ferramenta de exame e



diagnóstico da política pública de criminalização do Distrito Federal a partir da dinâmica concreta das audiências de custódia distritais.

Passando do plano descritivo ao plano prescritivo, o Relatório habilita uma dupla dimensão de crítica – negativa e positiva – dos processos de criminalização distritais.

Por um lado, uma perspectiva *negativa* permite confirmar, com lastro nos dados da realidade do Distrito Federal, o que há muito tempo a crítica criminológica já descobriu: a criminalização distrital está envolta de seletividade penal, com evidente perfilamento racial e discriminação de classe. A população masculina, preta e pobre é, em concreto, o seletivo grupo abordado e preso na capital do Brasil.

N’uma palavra: quem é preso no Distrito Federal? Homens, pretos e pobres, sem acesso à educação formal e ao mercado de trabalho, de acordo com os dados oriundos das audiências de custódia distritais contidos no Relatório da Defensoria Pública.

A propósito, Nilo Batista e Eugênio Raúl Zaffaroni apontam que o *poder punitivo* atua em *processos de criminalização* na forma de filtros. A seleção das pessoas criminalizadas corresponde a certa *situação de vulnerabilidade*, é dizer, uma *posição concreta de risco criminalizante* (ZAFFARONI et al, 2018, p. 49).

Qual o impacto dessa conclusão?

A resposta que se oferece, tomando-se como pressuposto *i)* a limitação do direito penal pelos dados ontológicos da realidade; e *ii)* incorporando as lições da criminologia crítica na apreensão desta realidade marginal, é a sedimentação concreta da teoria da culpabilidade pela vulnerabilidade materializada no Distrito Federal.

Ora, de acordo com a culpabilidade pela vulnerabilidade – uma releitura da dogmática penal à luz da criminologia –, se tanto maior for a *situação de vulnerabilidade*, menor deve ser a *culpabilidade* (ZAFFARONI et al, 2018, p. 192-195), a maior incidência de criminalização por região administrativa distrital indicada no Relatório da Defensoria Pública deve corresponder à minoração ou ausência de culpabilidade dos respectivos agentes.

Isto é, propõe-se uma reação dogmática aos reflexos da seletividade distrital, traduzida em um gradiente de posições que passam pela hipótese exculpante da culpabilidade<sup>14</sup> nos casos mais

<sup>14</sup> Se seguirmos o modelo de *teoria crítica do delito* de Juarez Tavares, deveríamos proceder a uma *inversão de análise*: primeiro se investiga a *condição de pessoa deliberativa do sujeito*, e depois o fato. O encadeamento dessa estrutura de modelo de fato punível centralizada na *condição de sujeito deliberativo* pode gerar desde a *ausência de ação* até a *exculpante de culpabilidade* para a hipótese em comento. Cf. TAVAREZ, Juarez. **Fundamentos de teoria do delito**. Op. cit., p. 112.



sintomáticos até a redução da pena, por meio da incidência da atenuante genérica prevista no art. 66 do Código Penal<sup>15</sup>, nos eventos menos problemáticos.

Além disso, há um nítido perfilamento racial da “clientela” objeto da sanção estatal no Distrito Federal. Com pretos representando 19,29% e pardos 65,57%, a população total de negros – à luz dos critérios do IBGE – representam 84,86% da população apresentada em audiência de custódia em razão de prisão em flagrante. A população presa no Distrito Federal tem cor. E ela é negra.

Outro aspecto que se comunica com a questão de perfilamento racial é renda das pessoas submetidas à reprimenda estatal por meio da sanção penal. Em uma sociedade capitalista, o pobre e o miserável são considerados como aqueles que pouco têm ou nada têm a oferecer nesse meio. O Distrito Federal tem a maior renda per capita do país, com R\$ 3.357,00, segundo a PNAD contínua de 2023. Por outro lado, as pessoas apresentadas na audiência de custódia do Distrito Federal apresentam perfil completamente diverso, com renda média de R\$ 1.340,00, ou seja, menos de um salário-mínimo, sendo certo que mais de 90% recebem até 2 mil reais, e que 13,37% dos apresentados em audiência de custódia encontram-se em situação de rua. Impossível não notar traços de aporofobia<sup>16</sup> na seletividade policial (CORTINA, 2020). O pobre no Distrito Federal sofre, como acima demonstrado, verdadeiro processo de marginalização por parte da rede de segurança pública.

Em segundo lugar, uma perspectiva *positiva* traz contornos novos às discussões de práticas restaurativas dos processos de vitimização e de prevenção por meio de políticas públicas extrapenais.

Afinal de contas, se o “crime” é um fenômeno *intraclasse* (MATTHEWS, 2014, p. 28-37), todo o arsenal criminológico-crítico acerca da seletividade também informa os processos de vitimização: com a *seleção vitimizante secundária*, há uma *distribuição seletiva da vitimização* incidente sobre as *classes subalternas mais vulneráveis* (ZAFFARONI et al, 2018, p. 67-69).

<sup>15</sup> A tese de redução da sanção em razão da culpabilidade pela vulnerabilidade – referenciada como “co-culpabilidade” – foi elaborada por Salo de Carvalho e Amilton Bueno de Carvalho: “(...) A precária situação econômica do imputado deve ser priorizada como circunstância atenuante obrigatória no momento da cominação da pena. Apesar de não estar prevista no rol de circunstâncias atenuantes do art. 65 do Código Penal brasileiro, a norma do art. 66 possibilita a recepção do princípio da co-culpabilidade, pois demonstra o caráter não taxativo das causas de atenuação. O Código Penal, ao permitir a diminuição da pena em razão de “circunstância relevante” anterior ou posterior ao crime, embora não prevista em lei, já fornece um mecanismo para a implementação deste instrumento de igualização e justiça social”. CARVALHO, Amilton Bueno de; CARVALHO, Salo de. **Aplicação da pena e garantismo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2008, p. 74.

<sup>16</sup> Expressão cunhada por Adelia Cortina para determinar aquele que tem aversão e rejeição ao pobre.

Portanto, a contribuição do 1º Relatório dos Processos de Criminalização do Núcleo de Audiências de Custódia e Tutela Coletiva dos Presos Provisórios reside na indicação de dados empíricos a respeito da realidade distrital. Levando em conta essa descrição, e utilizando o método dos *processos de abstração* (SAYER, 1992, p. 18-96), este tópico tentou engendrar, no plano prescritivo, algumas teses – dentre outras – que podem ser elaboradas a partir deste material.

E fica a pergunta, em que cada um terá sua conclusão: a justiça está sendo feita? E para quem?

#### 4. Conclusão

Em resumo, o que se buscou construir foi *uma* análise, dentre tantas possíveis. Com a audiência concentrada, a custódia se mostrou um verdadeiro campo fértil para o estudo daqueles que sofrem a seleção policial/penal. Há muito espaço ainda para ser explorado.

Ademais, é uma análise em *preto e branco*, em um duplo sentido.

Em primeiro lugar, significa uma avaliação preliminar – um “rascunho” em preto em branco –, porquanto a amostragem dos dados colhidos ainda é diminuta, envolvendo apenas os dias úteis do primeiro bimestre de 2024, além de ser uma ferramenta em contínuo aperfeiçoamento interno na Defensoria Pública.

Em segundo lugar, é um diagnóstico em *pretos e brancos*, metonímia para o perfilamento racial, generificado e classista que perpassou os processos de criminalização apresentados ao NAC-TJDFT neste recorte temporal.

Busca-se ainda a construção de futuras políticas públicas, fundamentados arranjos institucionais que contribuam para evitar a seletividade de negros, de pobres e da população com baixa escolaridade.

É o começo de inúmeras possibilidades de análises de quem se prende. O objetivo é superar a análise fria dos números de quantas pessoas são privadas de liberdade, qualificando-as. Qual a renda, a cor, a escolaridade daqueles que sofrem a seletividade penal? O Distrito Federal, capital do país, prende de forma adequada, ou apenas usa o direito penal para realizar um controle social de um perfil populacional específico? Com lastro em dados da realidade concreta, procurou-se elucidar um caminho a ser trilhado para a análise dos processos de criminalização distritais.

## Referências bibliográficas

BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy. *Prisão em flagrante delito e direito à audiência de custódia*. Disponível em: <[https://www.academia.edu/9457415/Parecer\\_-\\_Pris%C3%A3o\\_em\\_flagrante\\_delito\\_e\\_direito\\_%C3%A0\\_audi%C3%Aancia\\_de\\_cust%C3%B3dia](https://www.academia.edu/9457415/Parecer_-_Pris%C3%A3o_em_flagrante_delito_e_direito_%C3%A0_audi%C3%Aancia_de_cust%C3%B3dia)>. Acesso em: 15 mar. 2024.

CAMPOS, Carlos Alexandre de Azevedo. *Estado de coisas inconstitucional*. 2. ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2019.

CARVALHO, Amilton Bueno de; CARVALHO, Salo de. *Aplicação da pena e garantismo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2008.

CORTINA, Adela. *Aporofobia, a aversão ao pobre: um desafio para a democracia*. Trad. de Daniel Fabre. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

CRESPO, André Pereira. *Audiências de custódia no Distrito Federal: arranjos institucionais e práticas do sistema de justiça*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.

DIETER, Maurício Stegmann. *Política criminal atuarial: a criminologia no fim da história*. Rio de Janeiro: Revan, 2013.

DIETER, Maurício Stegmann. O direito penal após Carandirú: uma breve reflexão crítica. In: BUCCI, Maria Paula Dallari; SOUZA, Rodrigo Pagani de (Orgs). *O ensino jurídico no bicentenário da independência*. Belo Horizonte: D'Plácido, 2022.

GOMES, Irene. *Pobreza cai para 31,6% da população em 2022, após alcançar 36,7% em 2021*. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38545-pobreza-cai-para-31-6-da-populacao-em-2022-apos-alcancar-36-7-em-2021#:~:text=O%20percentual%20de%20pessoas%20em%20extrema%20pobreza%2C%20ou%20seja%2C%20que,31%2C6%25%20em%202022>>. Acesso em: 10 mar. 2024.

IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua - 2023*. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/39262-ibge-divulga-rendimento-domiciliar-per-capita-2023-para-brasil-e-unidades-da-federacao#:~:text=O%20rendimento%20domiciliar%20per%20capita,R%24%203.357%20no%20Distrito%20Federal>. Acesso em 20 de mar. 2024

LUIZ, Gabriel. *Video: policiais penais espancam detento no DF*. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2021/06/03/video-policiais-penais-espancam-detento-no-df.ghtml>. Acesso em 19 de mar. 2024

MATTHEWS, Roger. *Realist criminology*. London: Palgrave Macmillan, 2014

ROCHA, Renato Gomes de Araujo. *Teorias da conduta: antecedentes, tendências e impasses*. Rio de Janeiro: Revan, 2016.

SANTOS, Juarez Cirino dos. *Direito penal: parte geral*. 3. ed. Curitiba: ICPC, 2008.

SAYER, Andrew. *Method in social science: a realist approach*. 2. ed. London: Routledge, 1992.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÃO PENAL (SISDEPEN). *Informação obtidas pelo Sistema Nacional de Informação Penais – SISDEPEN*. Disponível em <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMTQ2ZDc4NDAtODE5OS00ODZmLTlhYTEtYzI4YTk0MTc2MzJkIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTQiOGRhNmJmZThlMSJ9&pageName=ReportSectionb520cc726db6179d4e81>. Acesso em 10 de março de 2024.

TAVAREZ, Juarez. *Fundamentos de teoria do delito*. Florianópolis: Tirant lo Blanch, 2018.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Em busca das penas perdidas: a perda de legitimidade do sistema penal*. 5. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2018.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Hacia un realismo jurídico penal marginal*. Venezuela: Monte Avila Editores, 1993

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. *Direito penal brasileiro: primeiro volume – teoria geral do direito penal*. 4. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.